

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 107.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 13 de Julho de 1971
(Têrça-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Maririnato, João Mansur, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva e Ivo Tomazoni (42); achando-se ausentes, os srs. deputados: Alvaro Dias, Antônio Maciel, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato (5).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

EMENDAS:

Emenda n. 1 de Plenário
Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n. 133-71

Art. 1.^o — Fica instituída a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR, entidade de fins não lucrativos com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Curitiba, com patrimônio próprio e autonomia técnica, administrativa e financeira.

Art. 2.^o — Os bens de domínio do Estado abrangidos por todos os móveis do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios — DATM, passam a integrar o patrimônio da FAMEPAR.

§ 1.º — Constituirão ainda o patrimônio da FAMEPAR outros bens móveis e imóveis que lhe sejam expressamente doados por leis especiais.

§ 2.º — A FAMEPAR funcionará por tempo indeterminado e, sendo extinta, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — Constituem receita da FAMEPAR, além dos recursos provenientes de seus patrimônio.

I — Auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações especiais e específicas para pessoal, material e serviços.

II — Auxílios, construções e subvenções constantes dos orçamentos da União e dos Municípios.

III — Empréstimos previamente autorizados em lei e doações.

IV — Rendimento e remuneração de serviços prestados, mediante acôrdos e convênios com os Municípios.

V — Auxílios e contribuições de entidades públicas, constantes da lei, e de entidades privadas.

Art. 4.º — As atividades da FAMEPAR abrangem, especificamente, os seguintes setores:

I — Legislação municipal.

II — Organização administrativa municipal.

III — Orçamento e contabilidade municipal.

IV — Tributação municipal.

V — Planejamento local integrado.

§ Único — Compreende-se nos objetivos da FAMEPAR:

I — Promover estudos e pesquisas no interesse dos Municípios orientando-os nas prestações de contas aos órgãos competentes do Estado e da União.

II — Promover a formação e treinamento de pessoal especializado para as várias funções da administração municipal.

III — Promover e participar de cursos, certames, reuniões e congressos, visando a difusão, aperfeiçoamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências de assuntos municipais.

IV — Difundir a melhor técnica de governo local por todos os meios ao seu alcance.

V — Elaborar e divulgar publicações necessárias ao aprimoramento da administração municipal.

VI — Organizar e manter Biblioteca especializada em assuntos municipais.

VII — Manter intercâmbio com entidades congêneres.

VIII — Realizar convênios com municípios para obtenção de recursos destinados à aplicação no aperfeiçoamento da administração municipal.

IX — Obter a colaboração de técnicos da Administração Pública ou contratar especialistas e pessoal necessários à consecução de suas finalidades, nos limites previstos por esta lei.

X — Realizar convênios com entidades assistenciais e escolares públicas, no interesse dos municípios.

XI — Realizar convênios com municípios para elaboração de projetos técnicos de desenvolvimento.

Art. 5.º — A FAMEPAR será administrada, na forma do Estatuto, por um Conselho Diretor, um Diretor Superintendente e um Secretário Geral.

§ 1.º — O Conselho Diretor, presidido pelo Secretário do Interior e Justiça e tendo como Vice-Presidente o Diretor Superintendente, que não são seus membros natos, compôr-se-á de cinco membros.

§ 2.º — Os membros do Conselho Diretor serão nomeados com mandatos de cinco anos, pelo Governador do Estado, cabendo indicação para uma das vagas, em lista tripla, à Associação Paranaense dos Municípios, vedada qualquer recondução.

§ 3.º — O Diretor Superintendente e o Secretário Geral serão nomeados

com mandatos de cinco annos, pelo Governador do Estado, dentre candidatos com notória experiência indicados em lista triplices pelo Conselho Diretor.

§ 4.º — O Conselho Diretor terá atribuições normativas e de contróle, o Diretor Superintendente e o Secretário Geral funções executivas, cabendo ao Diretor Superintendente a representação da FAMEPAR perante terceiros.

§ 5.º — Nas suas faltas e impedimentos o Diretor Superintendente será substituído pelo Secretário Geral.

§ 6.º — Os membros do Conselho Diretor, o Diretor Superintendente e o Secretário Geral perceberão à conta das despesas de manutenção da FAMEPAR, retribuição e salário mensal equivalentes, respectivamente aos símbolos 10—C, 1—C e 2—C do Sistema de Classificação de Cargos instituído para o Serviço do Poder Executivo do Estado do Paraná.

§ 7.º — O Diretor Superintendente e o Secretário Geral poderão pertencer aos quadros de servidores da administração do Estado, caso em que deverão optar entre os vencimentos e demais vantagens de seus cargos ou a percepção da remuneração fixada na forma da legislação anterior, sem prejuízo dos direitos que lhes conferir a legislação a que estiverem subordinados para efeito de contagem de tempo de serviço.

§ 8.º — O Estatuto da FAMEPAR será aprovado por lei, mediante proposta do Governador do Estado.

Art. 6.º — Compete ao Conselho Diretor:

I — Receber, aplicar e prestar contas dos recursos financeiros que forem atribuídos à FAMEPAR.

II — Contratar, no regime das leis trabalhistas e no limite do Quadro de Pessoal que deverá constar do Estatuto, técnico e pessoal administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

III — Contratar com terceiros estudos, pesquisas e demais trabalhos especializados ou obtê-los da própria administração pública, gratuitamente ou mediante remuneração.

IV — Assinar convênios com órgãos do Poder Público.

V — Baixar o Regimento Interno da FAMEPAR e demais normas necessárias ao seu funcionamento, observadas as disposições legais e estatutárias.

Art. 7.º — Compete ao Diretor Superintendente:

I — Representar ativa e passivamente a FAMEPAR perante terceiros.

II — Representar os municípios em atos vinculados aos seus interesses, desde que para tanto esteja a FAMEPAR autorizada por mandato público.

III — Representar servidores públicos estaduais, inclusive autárquicos, quando necessários para as atividades da Fundação, na forma da legislação vigente e no limite previsto para o preenchimento das vagas estipuladas no Estatuto.

Art. 8.º — Ao Secretário Geral, além das funções de administração do pessoal e do patrimônio da FAMEPAR, compete desempenhar as que lhe forem atribuídas pelo Conselho Diretor.

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria do Interior e Justiça, o Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, criado pela Lei n.º 43, de 23 de janeiro de 1.948, tão logo esteja instalada a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

§ 1.º — Com a extinção do órgão, os atuais servidores do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, lotados no Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, passarão a ter lotação na Diretoria Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

§ 2.º — A representação do órgão extinto, junto a todas as entidades colegiadas da administração estadual, centralizada ou descentralizada, passará a ser exercida pelo Diretor Superintendente da FAMEPAR ou pessoa por ele indicada.

Art. 10.º — O saldo das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento vigente ao Departamento de Assistência Técnica aos Municípios, exis-

tente na data de sua extinção, fica transferido em forma de auxílio para a Fundação instituída por esta lei, devendo nos anos subsequentes constar dotação própria no orçamento da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça.

Art. 11.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, destinado a atender despesa de instalação e funcionamento da Fundação de Assistência ao Municípios do Estado do Paraná — FAMEPAR.

§ Único — Para cobertura do crédito de que trata este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância da dotação da Administração Geral do Estado do Orçamento vigente.

Art. 12.º — A FAMEPAR prestará contas ao Tribunal de Contas, por exercício encerrado, remetendo o balanço até o dia 2 de fevereiro do exercício seguinte.

Art. 13.º — A FAMEPAR encaminhará anualmente, até a mesma data de 2 de fevereiro, relatórios circunstanciados a suas atividades e balanço do exercício anterior, ao Executivo, Assembleia Legislativa e Associação Paranaense dos Municípios.

Art. 14.º — A FAMEPAR gozará das mesmas isenções fiscais atribuídas aos órgãos públicos da Fazenda Estadual.

Art. 15.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 1971.

(a) Erondy Suvério

JUSTIFICATIVA:

Diz o próprio excelentíssimo senhor Governador, na Mensagem que capeia o Projeto de Lei n. 133-71, que existe lei federal limitando a criação de fundações vinculadas à União.

Com efeito, menciona Sua Excelência o disposto no art. 2.º do Decreto-Lei n. 900, de 29 de setembro de 1.969 — legislação post-revolucionária, portanto — que impede à União instituir novas fundações a menos que obedeçam os seguintes requisitos:

- a) — participação de recursos privados equivalentes a, no mínimo, um terço do patrimônio;
- b) — objetivos não lucrativos;
- c) — possuam finalidades que, pela sua natureza, não possam ser executadas por órgãos da administração direta ou indireta;
- d) — as limitações constantes do Art. 24 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Se há realmente autonomia constitucional do Estado para adotar critério diverso do expresso em lei federal é assunto já vencido: quando da apresentação do presente Substitutivo, a legalidade da matéria já fora superada com a primeira discussão.

Cabe, entretanto, uma pergunta: O que não é bom para a União, será bom para o Estado?

A resposta foi dada pelo excelentíssimo senhor Governador, que entendeu válido arguir a autonomia estadual para tomar caminho diverso do escolhido pela União. Deve ter ponderado muito a respeito, tendo assim que ele próprio suscita a questão. Dê-se-lhe pois crédito de confiança, oferecendo-lhe o instrumento que acredita necessário para consecução de uma política municipalista mais dinâmica.

É o que pretende o presente Substitutivo Geral, que nada mais busca que aprimorar o projeto inicial, expungindo incoerências e excessos que poderiam prejudicar a própria aprovação da matéria. São desejos do autor que Sua Excelência nele encontre o veículo adequado para o amparo aos

municípios paranaenses, promovendo assim o necessário auxílio para que as comunas do interior se auto-promovam.

Na verdade, o projeto original, na maneira como foi redigido pela Assessoria Legislativa do Executivo, descreve nada menos que uma organização de poderes e verbas ilimitadas, dirigida por um só homem, com poderes para realizar qualquer tipo de intervenção administrativa em municípios e qualquer espécie de contratos financeiros, inclusive no exterior, sem fiscalização de nenhuma natureza. São poderes mais amplos que os do próprio Governador do Estado, cujos atos, por lei, passam pelo crivo desta Assembléia e do Tribunal de Contas do Estado.

Certamente a intenção do Governo não foi instituir um super órgão que absorva suas próprias atribuições, mas, como frisa Sua Excelência o Governador do Estado, em sua Mensagem, "criar uma organização que represente os seus princípios municipalistas e a programação do desenvolvimento regional e local, através da boa administração, carreação e aplicação de recursos hoje inexistentes na área municipal".

Como poderia cobrar dos municípios princípios de administração pública essa Fundação, se ela própria, por lei, não está submetida a qualquer um deles?

Cabe portanto a esta Assembléia aprimorar a proposição governamental, de forma a, sem restringir o solicitado, instituir a nova Fundação como entidade destinada a perdurar sem vícios de origem, como diz desejar o excellentíssimo senhor Governador também em sua Mensagem.

Ao submeter o presente Substitutivo Geral à apreciação da Casa, houve cuidado para que os artigos recebessem a mesma ordenação dos artigos do projeto original, permitindo assim uma mais fácil comparação aos nobres Senhores Deputados. Verão, assim, no cotêjo com o original, que excetuando correções de gramática e de clareza, foram as seguintes as principais alterações:

No art. 1.º -- foi suprimida a vinculação expressa com a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, por dois motivos. Primeiro porque a própria Constituição alterada pelo atual Governo separou em duas essa Secretaria, criando a Secretaria do Interior e a Secretaria da Justiça. Segundo porque a vinculação já está estabelecida no parágrafo 1.º do art. 5.º, ao atribuir ao Secretário do Interior a qualidade de presidente nato do Conselho Diretor da FAMEPAR. Da mesma forma aboliu-se artigo, ou melhor, o item VIII do Artigo 6.º, do projeto original, que atribuía competência ao Diretor para despachar diretamente com o Governador do Estado. Parece que seria incongruente vincular a FAMEPAR a uma Secretaria, e por determinação expressa de lei passar por cima dos seus titulares. Se realmente interessa ao Governador do Estado despachar diretamente com qualquer dos assessores de administração, essa prerrogativa não necessita ser defesa em lei.

Ainda no Artigo 1.º aboliu-se o parágrafo único, no qual é prevista a instalação de escritórios no Interior e em outros Estados. O dispositivo é gracioso, parecendo revelar intenção imediata de instalar essas sucursais, o que poderia parecer chocante à opinião pública. A omissão do parágrafo não é proibitória: dada pelo Artigo primeiro autonomia administrativa à Fundação, poderá ela criar seus escritórios de representação por mera decisão do Conselho Diretor.

No artigo 2.º foi alterada a redação do parágrafo primeiro, por ambigüidade. Diz que constituirão "patrimônio da Fundação outros bens móveis ou imóveis que lhe forem expressamente destinados". Quem os destinará? Como serão expressamente destinados? Acrescentou-se então a expressão "bens doados por leis especiais" para figurar que estão destinados pelo Estado e por via legal.

No artigo 3.º faz-se as alterações mais radicais. Diz o parágrafo 1.º que comporiam a receita "auxílios e subvenções constantes do Orçamento sob

a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos". Por esse texto presume-se uma amplitude exagerada na municiacão de recursos. E podendo ser globais, como seria fiscalizada, mesmo "a posteriori", a sua aplicação? A redacção foi substituída, determinando que as dotações orçamentárias serão específicas para pessoal, material e serviços. Não para obras ou equipamento, pois no próprio projeto governamental não se menciona que a Fundação tenha finalidade a realização de obras de qualquer natureza.

Alterou-se também os itens III e V deste Artigo 3.º, condicionando a aceitação de empréstimos, auxílios e subvenções, e desta forma sua própria concessão, à prévia autorização legal.

No item VIII do Artigo 4.º, está uma autorização expressa para contratar em convênio, se assim quiser, empréstimos para obtenção de recursos, com Municípios "e entidades nacionais ou estrangeiras". Aliás, a norma contraria a própria orientação financeira revolucionária, que busca intervir em qualquer operação de crédito externo. O Substitutivo reduz tais poderes, sem prejudicar os objetivos do projeto.

Vem a seguir o Artigo 5.º, disciplinando a administração da FAMEPAR. Pelo projeto original, seria exercida por um Diretor e um Secretário Geral, cabendo ao primeiro todos os poderes decisórios e de representação e ao segundo as responsabilidades pela administração interna e patrimonial. De duas, uma: ou o cargo de Diretor ombrearia em importância com o do Governador do Estado, ou não se pretende dar à Fundação a dimensão que merece como entidade incumbida de desenvolver a política municipalista do Estado. É tamanha a concentração de poderes em uma só pessoa que o próprio ocupante do cargo de Diretor seria onerado com a soma de atribuições e decisões discricionárias. O Substitutivo propõe a criação de um Conselho Diretor, tendo como presidente nato o Secretário do Interior, e composto de cinco membros, todos de livre nomeação do Governador do Estado. É uma estrutura exatamente idêntica à da FUNDEPAR, entidade cujas atividades têm sido desenvolvidas de dinâmicas sem sobrecarga decisória sobre os seus Diretores.

Também por similitude, atribuiu-se aos membros do Conselho Diretor, Diretor Superintendente e Secretário Geral ganhos idênticos aos de iguais cargos na FUNDEPAR (10-C, 1-C e 2-C, respectivamente).

Somente outras duas alterações essenciais foram introduzidas. O Estatuto da FAMEPAR será aprovado por lei de iniciativa governamental, não por decreto. Finalmente o prazo para envio de balanços e relatórios foi antecipado de 31 de março para 2 de fevereiro, a exemplo da FUNDEPAR, para que não se fique cinco meses, após o término do exercício, sem informações no Tribunal de Contas e nesta Assembléia.

Vem portanto o Substitutivo Geral não para cercear as intenções do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, de dinamizar a política municipalista. Tão somente libera os dirigentes da FAMEPAR de responsabilidades centralizadas, dimensionando a entidade em princípios de perenidade, de cautela administrativa, de clareza de atribuições e de co-participação de outros órgãos nesse tão importante setor da vida pública. Nessas condições, deve merecer a consideração dos nobres senhores Deputados, como contribuição desta Assembléia ao Governo do Estado.

É a justificativa.

EMENDA N.º 2.

(de Plenário)

Ao Projeto de Lei n.º 133-71

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... A Famepar terá um Conselho Deliberativo constituído de 5 (cinco) membros:

- a) — O Presidente, que será o Secretário do Interior;
- b) — O Diretor da Fundação;

- c) — Dois representantes do Governador do Estado e
- d) — Um representante da Associação Paranaense dos Municípios.
- § — Compete ao Conselho Deliberativo:
 - a) — aprovar, no máximo até 31 de dezembro de cada ano, os planos de trabalho e a proposta orçamentária;
 - b) — acompanhar a execução do orçamento;
 - c) — autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de créditos adicionais;
 - d) — aprovar o quadro e fixar a remuneração do pessoal;
 - e) — deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação;
 - f) — elaborar o Estatuto da Fundação.

Art. ... Enquanto não for instalada a Secretaria do Interior, a suas atribuições previstas nesta lei serão exercidas pelo Secretário de Justiça.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) João Manisur

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 89-71.

— De autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, aos Projetos de Lei ns. 125-71, 133-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais, Requer a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo acidente ocorrido, no domingo, em que foram vítimas a esposa e filha do senhor Davino Nascimento Freitas, benquisto e honrado gerente do Banco Bamerindus de Colombo, que, por sua vez, ao que nos consta, encontra-se em estado gravíssimo.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Os momentos difíceis, também o são para justificativa, assim, todos nós devemos ao aprovar este voto, sentir o drama da família enlutada.

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, requeiro o registro, na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Benedito Moreira Telles, ocorrido no dia 11 deste mês, na cidade de Marumbi.

O extinto exercia o cargo de Delegado de Polícia, em cujas funções prestou relevantes e inestimáveis serviços, contribuindo, com o seu trabalho diuturno, para o clima de absoluta paz e tranquilidade reinante naquele Município. Gozava da estima geral do povo de Marumbi, tendo, por isso, o seu passamento repercutido intensamente.

Requeiro, outrossim, uma vez aprovado este requerimento, que dêle se dê conhecimento à sua ilustre família, enviando-se-lhe, através de mensagem telegráfica, as condolências do Poder Legislativo, bem como ao prefeito municipal de Marumbi, sr. Plínio Alves Nunes.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições legais, solicita a V. Exa. após ouvido o Plenário, seja consig.

nado nos Anais dos trabalhos de hoje, o editorial da Revista Tabajara, edição deste mês sob o título "Nessa Homenagem".

O referido editorial fala do importante papel desempenhado pela mulher na sociedade em especial a sua presença na solidariedade humana citando como exemplo dignificante a senhora Marlene Milanez, esposa do jornalista João Milanez, diretor da "Folha de Londrina". Mostra o editorial da revista Tabajara que a figura da senhora Marlene Milanez prova que há evidentemente mulheres preparadas para o sadio aproveitamento de suas liberdades.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) — Antônio Belinati

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando — que a COPEL ocupa atualmente posição de destaque entre as empresas responsáveis pelo sistema de eletrificação nacional;

2 — Que a referida Companhia vem atendendo a maioria dos municípios paranaenses;

3 — Que, todavia, o município de Rio Negro, um dos mais antigos de nosso Estado e que reúne, por sua condição de entroncamento rodoviário excelentes condições para seu desenvolvimento industrial, e, ao mesmo tempo, possibilidades de apresentar bom rendimento no setor agrícola, ainda não possui atendimento por parte da COPEL e, sim da CELESC.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, oficiasse à COPEL, na pessoa de seu Diretor-Presidente, solicitando a Sua Excelência que se digne informar a esta Casa por que motivo o município de Rio Negro não é atendido, até agora, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) — Maurício Fruct

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao excelentíssimo senhor Secretário de Viação e Obras Públicas, contendo apelo no sentido de que sejam determinadas providências para que se realizem, com urgência, reformas nos seguintes prédios pertencentes ao Estado e localizados no município de Bituruna: Posto de Higiene, Grupo Escolar Oscar Gaier, Delegacia e Cadeia Pública, considerando-se que os mesmos foram construídos há mais de 15 anos, sem que até agora tenha se executado qualquer medida de conservação.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) — Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja encaminhado aos excelentíssimos senhores Presidente da República, general Emilio Carrastazu Médici, e ministro da Fazenda, dr. Delfin Neto, veemente apelo no sentido de que a liquidação do empréstimo concedido pelo Banco do Brasil S. A. aos cafeicultores paranaenses, referente a safra de 1970, seja prorrogada.

Sugere o signatário, destarte, a adoção do seguinte critério de amortização da referida dívida:

a) — pagamento de 20% da mesma quando constatada a primeira produção da lavoura recuperada;

b) — pagamento de 30%, idem, quando da segunda produção;

c) — pagamento de 50%, idem, quando da terceira produção.

Justifica-se plenamente esta pretensão, de vez que é pacífico o entendimento de que a Revolução tem primado pelo constante amparo às iniciativas tendentes ao fortalecimento da economia nacional, ponto de partida a permitir logremos, a curto prazo, atingir, a um grau de progresso ideal e capaz de propiciar à grande família brasileira um futuro feliz, estável e duradouro.

A medida proposta encerra, pois, a preocupação de levar aos cafeicultores paranaenses a segurança de posse de recursos indispensáveis à superação de obrigações a se rem assumidas em favor de melhorias técnicas dos padrões técnicos de exploração do café, assim como a sustentação de um nível de vida compatível com os reclamos da atualidade, sem distinções, tendo como alvo todos os que se empenham na grande e patriótica batalha da produção.

Releva consignar que a iniciativa proposta não colide com as decisões adotadas pelo Banco do Brasil S. A. em cumprimento a medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, quando de sua sessão realizada em 11 de setembro de 1969, disciplinando financiamentos que objetivavam ensejar a recuperação de cafezais atingidos pelas geadas verificadas em 1969. Muito ao contrário, enquadra-se perfeitamente, no espírito de amparo a laboriosa classe, sempre pronta a oferecer magníficos exemplos de compreensão e renúncias.

Encerrando-se, pois, em setembro próximo o prazo estipulado para a liquidação de dívidas assumidas pelos cafeicultores paranaenses, justo se nos afigura verham eles a serem estimulados por esta liberalidade governamental, determinadora de novas esperanças para os que encontram em nossos campos o seu ideal supremo de trabalho construtivo.

Finalmente solicita o requerente seja devidamente constituída uma Comissão Especial, integrada por três (3) representantes com assento na Casa, à qual corresponderá a entrega de cópia deste expediente transcrito na íntegra, aos exmos. srs. Presidente Médici e ministro Delfin Neto, na oportunidade de sua próxima visita oficial a Cornélio Procopio, ainda em dia do mês corrente. Assim poder-se-á ensejar um contacto mais íntimo para o trato do assunto em tela, como também, aduzir aos argumentos aqui expostos outros de importante natureza técnica, abrindo caminho para a solução desejada.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) — Pinto Dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, sejam encaminhados ofícios com votos de congratulações e aplausos a Prefeitura Municipal de Cascavel, na pessoa do prefeito municipal, senhor Octacílio Mion, e as "Pioneiras Sociais", através de sua presidente senhora Regina Loures Bueno, pelo fato de terem sido os construtores e incentivadores do "Centro de Profilaxia e Tratamento do câncer Ginecológico", daquela cidade.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA

Nossa solicitação, prende-se ao fato de que não poderíamos de maneira nenhuma deixar de nos congratularmos com esta brilhante iniciativa, que, segundo pudemos constatar, trata-se de iniciativa pioneira neste importante campo da medicina.

Esta obra, foi realizada unicamente através de recursos da municipalidade, e com o apoio das "Pioneiras Sociais".

Obra gigante, que tem por objetivo o extirpamento deste insidioso mal, e também de prevenilo através de profilaxia educativa.

Esperamos finalmente que esta iniciativa bememrita e humana venha a se constituir na mola propulsora, para que outras cidades de nosso Estado através de suas Prefeituras e instituições de benemerência sigam tal exemplo, para que, em futuro não muito distante, tenhamos condições de proteger a mulher paranaense deste perigoso mal.

Tal iniciativa merece e deve ter os aplausos desta Casa de Leis.

Aos incentivadores, as nossas congratulações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário REQUER a Vossa Excelencia que reitere apelo aos excelentíssimos senhores ministro Delfin Neto, e Marcos Venicius Pratini de Moraes, da Fazenda e Indústria e Comércio, respectivamente e ao presidente Mário Penteado, do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que determine com a máxima brevidade e antecipação dos preços do café.

Esta solicitação prende-se ao fato de que a situação atual da cafeicultura com a variação climática registrada nos últimos dias, estar em sérias dificuldades, uma vez que houve uma desclassificação dos tipos de café.

Por outro lado, essa situação climática já provocou três repasses ou capinações, que vêm onerar o custo da produção, apesar do preço da mesma continuar idêntico aos dos anos anteriores.

Há de se ressaltar, ainda, que nos últimos meses registrou-se uma acentuada elevação no preço de mão de obra, com a decretação dos novos Salários mínimos assim como uma alta no preço dos transportes, implamentos, agrícolas adubos e inseticidas.

Essa situação de dificuldade já se faz notar com grande frequência nas principais zonas produtoras do Estado, onde fazendeiros conceituados já estão abandonando talhões de cafés sem a respectiva colheita, isto por que não vem compensando o seu preço no mercado interno. Estas consequências, se se avolumarem, poderão provocar o colapso na cafeicultura paranaense e, na mesma proporção, na balança econômica brasileira, já que o café continua liderando a nossa pauta de exportações. O panorama é pois, quase que de calamidade pública, a necessitar de atenções de nossas autoridades responsáveis.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 1971.

(a) — Hélio Manfrinato

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, obedecendo as normas regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER seja, por ofício, transmitido a Bancada Federal do Paraná, na Câmara e Senado, o nosso agradecimento pelo pronto atendimento que unidos e coesos, deram ao nosso apelo para que intercedessem junto ao senhor Ministro dos Transportes para que fosse, com urgência, iniciada a duplicação da Rodovia Regis Bittencourt, no trecho que liga Curitiba a São Paulo.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1971.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA: —

São atitudes como essa, de união, que a Bancada Federal nos deu, que nos estimulam a não esmorecer nos nossos trabalhos legislativos. Queremos nesta oportunidade, externar o nosso agradecimento, tanto ao MDB como à ARENA que, nesses momentos em que acima de tudo está o interesse do Paraná, se unem em torno de uma causa comum. O exemplo dado neste caso em que pleiteamos a duplicação da rodovia que une Curitiba a São Paulo muito nos honrou, e pedindo a Deus que ele frutifique, e que essa Bancada continue sempre colocando acima de tudo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Nós temos visto, ouvido e observado em diversas oportunidades determinadas polémicas que se registram nesta Casa, com referencia a votos de congratulações e aplausos apreciados por esta Casa de Leis. Entendemos que tais votos deverão ser tratados com parcimônia, para que eles possam ser realmente valorizados e alcançar o fim a que se almeja. No entanto, sr. Presidente, srs. Deputados, existem certos fatos e certos atos que merecem e devem ter os aplausos desta Casa. Refiro-me à inauguração, domingo próximo passado, na cidade de Cascavél no Centro da Profilaxia e Tratamento do Câncer Ginecológico, inaugurado naquela cidade e que contou para a sua inauguração, para a sua construção, para o seu aparelhamento com recursos única e exclusivamente destinados pela Prefeitura Municipal daquela cidade, pelo seu prefeito municipal, sr. Otacilio Mion. Contou igualmente, com a colaboração das Pioneiras Sociais daquela cidade, que tem a frente a senhora Regina Loures Bueno. Pois bem, srs. Deputados, é uma obra gigantesca que merece, inegavelmente, os aplausos desta Casa de Leis, porque construída que foi, conforme afirmei, com recursos da municipalidade, e que contou naquele ato de inauguração com o dr. Campos da Paz uma das autoridades maiores no campo da ginecologia, do câncer ginecológico do Brasil e quicá do mundo.

Razão pela qual, nós apresentamos na oportunidade as congratulações à Prefeitura Municipal de Cascavel e às Pioneiras Sociais, para que isto se constitua realmente num estímulo que devem ter todos os Municípios, para o bem estar comum. A estas autoridades pois, as congratulações desta Casa de Leis, é o nosso desejo. Obrigado. (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Há dias passados, apresentei nesta Casa, um requerimento fazendo a nossa representação na Câmara e no Senado Federal, um apêlo no sentido de que os mesmos parlamentares gestionassem junto aos órgãos competentes, para efeito de duplicação da Rodovia Régis Bitencourt, que liga a nossa Capital ao Estado de São Paulo.

E fiz na oportunidade uma justificativa a qual foi lida por esta Casa. E na tarde de hoje eu venho congratular-me com a nossa representação na Câmara Federal pela maneira com que ss. exas. os srs. Senadores acolheram nosso pedido haja visto os inumeros telegramas e officios ue recebemos daqueles parlamentares.

São atitudes como essa sr. Presidente srs. Deputados, de união de Bancadas que nos estimulam, a não esmorecer os nossos trabalhos legislativos.

Queremos, nesta oportunidade, externar os nossos agradecimentos, tanto ao MDB como a Arena que nesses momentos, acima de tudo, estão vendo o interesse do nosso Estado: se unem em torno de uma causa comum.

O exemplo dado nesta Casa quando pleiteamos a duplicação da Rodovia Curitiba-São Paulo e muito nos honrou e pedimos a Deus que ele frutifique e que essas bancadas continuem sempre, assim, colocando acima de tudo, os interesses dos nossos Estados.

Nessa oportunidade, sr. Presidente, srs. Deputados, eu encaminho a Mesa um requerimento; requerimento esse em que agradecemos as Bancadas com representação na Câmara Federal e no Senado, por essa luta que os mesmos vem desempenhando, em favor do nosso Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente passamos ao Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

(Pausa) Não se encontrando presente o sr. deputado concedo a palavra ao sr. Deputado Hélio Manfrinato, segundo orador inscrito.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Hoje voltamos a esta tribuna para repisar um assunto que ontem foi abordado no Grande Expediente desta Casa, em que se tratava da lavoura cafeeira do Paraná.

Muito bem abordado pelo ilustre deputado Paulo Poli, falou-se com referência ao assunto. Ouvi diversos apartes, srs. Deputados, e fiquei em silêncio, aguardando a oportunidade desse dia e a hora oportuna, para vir a esta tribuna, para também detalhar o assunto em pauta.

Pois, sr. Presidente, srs. Deputados, domingo último, fui convidado por alguns cafeicultores da região de Nova Esperança, para fazer um exame na lavoura cafeeira. Tive a felicidade de comparecer e a infelicidade de observar o que lá está ocorrendo.

Srs. Deputados, nós já falamos diversas vezes, já apresentamos diversos requerimentos enviados aos senhores Ministros para antecipação do preço do café. Mas, até hoje, nenhuma solução foi encontrada. Parece que o Paraná e seus parlamentares falam e ninguém ouve. Esta Assembléia Legislativa e as autoridades paranaenses, srs. Deputados, estão pregando no deserto, porque ninguém escuta, ninguém ouve os reclamos dos Parlamentares, representantes do povo e da cafeicultura do Paraná.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Assim como V. Exa., nobre Deputado, gostaria de, corroborando num exemplo do que se passa, presentemente, na lavoura do Paraná, dizer que, também, constatei, em Arapongas, que os lavradores estão vendendo seus cafés a preço médio de dois o quilo, isto é, de um cruzeiro e noventa e cinco centavos a dois cruzeiros e quinze centavos o quilo do café côco. A insistência com que foi pleiteada a antecipação de preço, nesta Casa, parece-nos que não encontrou eco.

No entanto, gostaria de ressaltar, sem interromper o discurso de V. Exa., que nós podemos prever que essa antecipação virá quando o pequeno lavrador dêle não tiver nenhum fruto. E vimos o que já se costuma haver no seio da lavoura, injustiça para o pequeno lavrador, justamente aquele que planta, que, trata, que colhe, para atender compromissos bancários, é obrigado a vender seu produto, o fruto de seu trabalho, a preços baixos.

Estranhamos a ausência do próprio Governo do Estado nesse problema, uma vez que S. Exa. é um homem da confiança imediata de S. Exa. o sr. Presidente da República, e, portanto, teria condições, em nosso entendimento, de cerrar fileiras em torno dessa luta da qual V. Exa. é um dos baluartes, com possibilidade de êxito.

Muito obrigado pelo aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. HELIO MANFRINATO — Agradeço a V. Exa., porque tenho V. Exa. não só como um grande parlamentar, mas como grande jurista, como mestre. E V. Exa. acaba de abordar, nesse instante, alguns tópicos que abordaria no decorrer de meu discurso. V. Exa. está cheio e razões. Mas, nobre deputado Muggiati Filho, infelizmente, o Brasil tem a sua propaganda em rádios, em televisão, em jornais, e todos esses órgãos de divulgação dizem, em letras garrafais: "Ninguém mais segura este País".

Mas, srs. Deputados, é preciso que se saiba que tudo isso é somente propaganda, porque a cafeicultura sempre foi o alicerce, o esteio de divisas da Nação. E, srs. Deputados, hoje, nota-se um certo descuido por parte do Departamento Técnico, intitulado Instituto Brasileiro do Café, que tanta propaganda faz, e leva a Nova York, Londres, Beirut, afinal todas as capitais e grandes cidades do mundo, as vantagens do nosso café, que leva até o nos-

so jogador Pelé, como propaganda da cafeicultura brasileira, e não entanto se o povo estrangeiro aqui viesse, a esta Terra de Santa Cruz, ao país berço do café, verificaria que essas autoridades que tanta propaganda fazem, esquecem do estado em que se encontra a nossa cafeicultura e a abandonam.

Domingo fui convidado a examinar as consequências da cafeicultura na região de Nova Esperança, São Jorge e Horizonte e constatei que aqueles que não tiveram condições de fazer a varredura primeira dos cafés, não conseguiram levantar os primeiros cafés caídos e com a chuva esses cafés vão ficar manchados, irão fugir ao tipo comercializável junto ao esquema do IBC.

Hoje, por incrível que pareça, esse preço meio pingado, já estruturado no esquema anterior, do ano passado, não foi alterado para a safra de 71 e sim, como antecipação, fizeram um preço para o futuro, para o ano de 1972, ao preço de oitenta e dois cruzeiros por saca.

Imaginem os srs. Deputados, como bem afirmava o deputado Muggiati Filho, que o preço é de dois cruzeiros, ou seja, um cruzeiro e noventa e cinco centavos. Mas é necessário verificar, srs. Deputados, que o salário mínimo subiu, que a mão de obra encareceu, que o preço da mercadoria, dos transportes, dos inseticidas, foram elevados em consequência da desvalorização da moeda, em virtude da elevação do salário mínimo. O preço do café está estabilizado. Acreditem, srs. Deputados, que isto está tornando o Paraná um Estado em situação de calamidade pública, pois os homens que chefiam o IBC não examinam esse problema grave. Parece que o Ministro da Fazenda, sr. Delfim Neto, olha para o Paraná com maus olhos, porque o Paraná é a estrutura financeira, é o celeiro do Brasil na sua cafeicultura, é este glorioso Paraná, é aquele Norte do Paraná são aqueles homens das mãos calejadas, sr. Presidente, que fazem levantar aqui na Capital de Araucária, esta Curitiba, os grandes arranha-céus. É isto, sr. Presidente, que é o café, é o cafeicultor sofrido neste instante, esquecido pelas autoridades competentes, é isso que ele faz neste Brasil inteiro. É este Brasil que levanta a Transamazônica, é este Brasil que agora também traz o Mobra, de alta significação, é este Brasil que fala em INPS, é este Brasil que fala em diversas autarquias e ajuda o povo brasileiro, mas é necessário que se analise a estrutura fundamental deste século, é aquela riqueza, é o ouro preto, é o café, é o Paraná que se desenvolve com tanto orgulho até aos anos passados. Nós, imaginem, que ainda nos lembramos, srs. Deputados, quando crianças, que se queimava café por falta de preço e parece que estas autoridades competentes e responsáveis pelos assuntos estão querendo ver fazendeiros queimar seus cafés nos próprios terreiros onde são secados, mas este ano e esta época, acontece o contrário, o preço em que se encontra uma saca de café, hoje já o lavrador ou seja o cafeicultor não tem mais condições de levantar este produto da sua lavoura porque as chuvas que caíram encheram o preço da mercadoria, trazendo mais três capinações na sua lavoura cafeeira em regiões já vastas constatei domingo passado, fazendeiros já abandonam talhões de café e pensam em plantar capim, ou de uma vez por todas exterminar esta lavoura que tanto bem deu à Nação e tanto prejuízo está trazendo hoje aos cafeicultores. Imaginem, srs. Deputados em que ponto nós chegamos, digo, chegaremos se as autoridades constituídas no Brasil, responsáveis por essas consequências, não vierem trazer a sua opinião, tantos Deputados que por aqui passaram, como o sr. Paulo Poli, ilustre deputado que abordou o tema com alta relevância, outros Deputados que aqui tanto apartearam, foi o deputado Rosário Pitelli, que falou em assunto da industrialização da cafeicultura e série de apêrtes foram feitos. Tive a honra de representar este Legislativo no 4.º Congresso do Café, com os dois ilustres deputados Lázaro Dumont e Antônio Maciel e lá nós abordamos este mesmo assunto, falamos com referência ao preço do café, ao custo da mão de obra e uma série de problemas que foram levantados. Há poucos meses atrás, outra Comissão foi criada, enviada ao Rio de Janeiro,

com os Deputados Alvaro Dias, Antônio Maciel, Pinto Dias. Nada, srs. foi resolvido até hoje. O pobre lavrador, o pequeno lavrador já sem condições, indviduado em casas de crédito para o financiamento da sua própria lavoura, é está colhendo o café chuvado e fora de bica. E ao mesmo tempo cheio de compromissos, com notas promissórias ou seja, cédulas reais, ou títulos bancários, já estão prestes aos seus vencimentos. Imaginem, sr. Presidente e srs. Deputados, comissões que se reúnem em Brasília, representadas por senadores e deputados federais de cada Estado, na semana passada, e até hoje nenhuma medida foi tomada com relação ao problema. É a realidade infeliz para o pequeno lavrador, aquele homem das mãos calejadas, que banha a sua agricultura com o próprio suor, e é esquecido. Mas, é necessário, sr. Presidente e srs. Deputados, que nos lembremos que é aquele homem que transpira nos campos, aquele homem que sofre as consequências climáticas, é aquele homem de mãos calejadas que levanta aquilo que repito há poucos instantes, os arranhá-céus, a riqueza da nossa terra e o progresso da nossa Pátria. É isto, sr. Presidente e srs. Deputados, aqueles pequenos homens, hoje, esquecidos pelas autoridades competentes, parece até um meio de comercialização depois que o intermediário como bem disse o nobre deputado Muggiati Filho, tira o café das mãos do pobre, daquele que luta, daquele que trabalha com esperanças, são decretados os preços pelas altas autoridades. E o preço então vem a satisfazer a necessidade não daqueles que lutam e morrem de sol a sol pela lavoura, mas sim, dos intermediários que nada têm a ver com o sofrimento da agricultura.

O sr. Antônio Lopes Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre deputado Hélio Manfrinato, na oportunidade em que V. Exa. traça com as tintas da realidade, a tragédia, já não digo o drama, a tragédia, do pequeno lavrador de café, quero dizer a V. Exa. e a Casa, que esta tragédia se estende a toda lavoura do nosso Estado e quicá, da Pátria brasileira.

Veja por exemplo e vejam Vs. Exas. o que ocorre com todos os produtos da lavoura. No nosso entender, a zona sul, por exemplo, ocorre o seguinte: O lavrador obtém empréstimos do Banco do Brasil, o prazo não é suficiente para que ele possa estocar seu produto e vendê-lo na época oportuna a bom preço. Ele fica apavorado com os vencimentos, e tem que pagar no vencimento, porque se não pagar, no próximo ano não terá novos empréstimos. Então o que ocorre, os atravessados, os comerciantes, é que compram a mercadoria em preço barato, para que o lavrador possa pagar os seus empréstimos, e somente depois disso, é que o feijão, milho, arroz, começam a subir de preço.

De modo que o empréstimo bancário na maioria das vezes, é mais um mal que um bem.

Disse V. Exa. também da desolação daqueles que clamam no deserto, que as suas palavras não são ouvidas por ninguém.

Realmente, parece que a nossa palavra nesta Casa, não é ouvida, mas ela é ouvida, o que é preciso é intensidade, é luta, é aglomeração de pronunciamentos idênticos. É por isso, que nós nos sentimos satisfeitos, por ver esta Assembléia Legislativa, através do deputado Alvaro Dias, através das palavras dos deputados Paulo Poli, Lázaro Dumont, Antonio Maciel e V. Exa. e mais o deputado Muggiati Filho e outros, que estão encetando uma campanha que não pode parar, nós não podemos parar enquanto não verificarmos atingidos os seus objetivos. Entretanto, a nossa palavra de tanto falar, seguindo aquele velho ditado, "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", nós temos que continuar falando até que nos ouçam. Eu quero dizer a V. Exa. que há questão de dois meses requeri, nesta Casa, o envio de Telex ao IBC, pedindo aumento de quota para as fábricas, as torrefações de café. E fiz um discurso também nesse sentido. E enviei o texto do discurso e de apartes e de outros discursos desta Casa, ao IBC. O IBC atendeu em parte; aumentou as quotas das torrefações, embora seja pequeno o aumento, atendeu o pedido. Estamos falando no deserto. Mas

teremos que continuar falando, para que a nossa voz saia do deserto e vá atingir os gabinetes luxuosos daqueles que estão distantes das grandes cidades, que estão nas pequenas cidades, nos pequenos lugarejos e ouçam a nossa palavra.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Vs. Exas., gostaria que os senhores me permitissem, em primeiro lugar, responder ao aparte do deputado Antônio Lopes Júnior.

Deputado, V. Exa. é bacharel em direito; é um homem ponderado, conhecedor profundo dos problemas que no momento atingem a lavoura, principalmente hoje que se fala na cafeicultura, porque ora trata-se da sua safra em iminência. V. Exa. tem debatido, tem passado por esta tribuna, sendo um homem franco, livre e tem demonstrado assim, a necessidade não só do cafeicultor, pois se fala também na lavoura em geral, como seja na região Sudoeste que tanto o Líder do MDB tem debatido nesta Casa.

Falava também V. Exa. que desta tribuna quando me pronunciei com relação aos homens responsáveis pela cafeicultura do Paraná, dizia que parece que falava no deserto do Saara; ninguém ouve; é um silêncio. Mas ainda resta, deputado Antônio Lopes Júnior, uma esperança; ainda resta em mim, srs. Deputados, estas palavras aqui erguidas, mandadas pelo povo. Existe um homem ainda que aqui nesta Casa, de braços abertos, existe e há de fazer que esses homens de tanta responsabilidade sintam na sua própria carne que o comando é a vida da jurisdição política deste homem, estão sacrificando o homem da lavoura; o lavrador brasileiro que se sacrificava, srs. Deputados, desde o tempo da escravidão, quando a grande princesa Izabel, em 13 de maio de 1888, lhes deu a liberdade. É por isto, srs. Deputados, que nesta luta na tribuna desta Casa, endereço aos senhores todos, este apelo da lavoura. É um dia, mesmo atrasados, os homens responsáveis não de sentir que a lavoura, o lavrador, é que põe dia a dia, o arroz, o feijão a mesa. Estou cansado de repetir isto aqui; é o lavrador que põe a comida no prato do mundo inteiro. Não são as indústrias com seus chaminés que fumegam por aí; é o homem de mão calejada que mata a forma, que colabora, que é a estrutura desta nação e do País inteiro.

Que as solicitações aqui feitas através de telex passados por V. Exa. e por outros Deputados, sejam atendidos na solução deste problema.

Gostaria de dar o aparte ao grande líder do MDB, deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa., deputado Hélio Manfrinato.

Não poderia deixar de participar do pronunciamento que faz V. Exa. para reafirmar mais uma vez aqui, que o nosso Partido vem defendendo em todo o País, que é exatamente chamar a atenção dos órgãos de Governo para o setor agrário, justamente esse que vem sofrendo o maior esvaziamento, o que é reconhecido tanto por representantes de nosso partido, como pelos representantes da ARENA.

E V. Exa. diz muito bem: fala-se a homens que não ouvem, que têm ouvidos e não querem ouvir. Porque, os reclamos são veementes, são contundentes, como o que V. Exa. está fazendo, como vêm fazendo os nossos representantes no Congresso Nacional.

O que estará acontecendo no Brasil, nobre Deputado?

O que estará acontecendo com os nossos representantes, com os nossos governantes? Não é só no setor agrário, nos outros setores também, sentimos o mesmo problema. O povo do interior a empobrecer. O homem do interior que usava sapato, já usa, quando pode, alpargata Roda. Mas a indústria de Alpargatas Roda é uma das mais prósperas do País.

O homem do interior já não tem mais condições de morar, não só o do interior, porque se adota, neste País, uma política no setor habitacional também totalmente desumana.

O que está faltando ao nosso Governo é a característica humana de sen-

tir, realmente, o que somos. E o que precisamos é de pronunciamentos verdadeiros como o que V. Exa. está fazendo hoje, e outros srs. Deputados têm feito em outras oportunidades. Mas, enquanto não se alterar o regime de comercialização no exterior, nós, os países subdesenvolvidos, nós, os países que não temos grande poderio bélico, não teremos condições, também, de nos impor no mercado internacional. Daí o porque do nosso empobrecimento.

Mas, a indústria, a grande indústria, que vem para nosso País, aqui prospera, manda divisas para fora. Exportamos os nossos produtos, mas obtemos por eles preços vis, preços ordinários. (E vemos a demagogia campear, usando desses mínguados recursos para promoções de toda ordem.

Aqui, no Paraná, os órgãos do Governo — precisa o Paraná saber dessas verdades, para entregar à oposição, ao MDB, uma parcela de maior representação — não solucionam o problema dos agricultores. Temos o problema do algodão que será tratado pelo nobre deputado Antônio Belinati, nos próximos dias, um verdadeiro escândalo.

Temos o problema das sementes em que os órgãos distribuidores de sementes, ilustre Deputado, atuam como verdadeiros atravessadores. Pois o Estado do Paraná nada mais é do que um atravessador, através de seus instrumentos de fomento, como a Café do Paraná, como o Fundo de Equipamentos, que são instrumentos que servem para colocar capachos, que servem para manter a politicagem que se faz no Paraná, e não entregam, ao agricultor, a semente ao preço que deveriam entregar.

Esta é a realidade. Digamos isto com toda a coragem, para que os ouvidos dos surdos se abram, e os olhos dos cegos possam enxergar alguma coisa. Esta é a nossa missão.

Parabenizo-me com V. Exa., esta é a nossa missão de coragem, de desafio e até mesmo de contestação àquelles que iludem o povo com manifestações de televisão pagas à custa do dinheiro do povo. E quando eles enriquecem, quando o Estado enriquece, e o povo empobrece, os autênticos líderes de um partido como o nosso não podem se calar.

Parabéns a V. Exa. pelo brilhante pronunciamento.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de neste aparte, inicialmente, congratular-me com V. Exa. pelo ardor com que defende os pontos de vista necessários ao melhor desenvolvimento da cafeicultura nacional.

Entretanto, a minha intervenção não se prende propriamente ao problema do cafeicultor. Prende-se, e é decorrente, do aparte que fez a V. Exa. o nobre deputado Antônio Lopes Júnior que generalizou a análise que V. Exa. faz do problema da cafeicultura para a agricultura nacional.

E gostaria de dizer ao nobre deputado Antônio Lopes Júnior, pois que S. Exa. se refere ao problema do crédito rural, gostaria de dizer a S. Exa. que sua crítica é, em grande parte, imrocudente. Pois aquele insucesso ou aquelas dificuldades do agricultor que S. Exa. atribui ao crédito rural, na verdade, dele não decorrem. Veja V. Exa., e eu falo com experiência de longos anos à frente desse crédito especializado do Banco do Brasil, que o crédito rural não pode solucionar problema algum. Na verdade, é de pouco adianta quando as autoridades responsáveis pelos demais setores que assistem à agricultura, não correspondem a parcela que delas se espera. É o caso típico: de que adianta se fornecer dinheiro para o agricultor plantar e colher um produto melhor, através do plantio de sementes selecionadas, quando o Café do Paraná fornece, como forneceu na minha região, sementes de baixo índice de germinação, sementes adquiridas no Rio Grande do Sul, em uma granja condenada. Ora, o crédito concedido, foi oferecido para sementes selecionadas, teve a força-lo exigências para o deferimento do crédito e, no entanto, o que resultou disso tudo, foi um prejuízo maior para o agricultor, porque a Café do Paraná no episódio que exemplifiquei, vendeu sementes de baixo índice de germinação, porque haviam submetido

as sementes a um processo técnico de secagem que não correspondia ao necessário para que as sementes conservassem seu melhor índice de germinação. De nada vale se oferecer dinheiro para plantar, de nada vale o Banco do Brasil distribuir dinheiro quando falta orientação técnica para a aplicação desse dinheiro. Onde estão os veterinários, onde estão os agrônomos do Paraná? Posso dizer a V. Exa. que no campo, onde eles deveriam se encontrar, lá não se encontram, porque lamentavelmente o Estado não distribue esses técnicos pelas regiões onde eles realmente se fazem necessários. Isso eu acompanhei anos após anos. Quero dizer à S. Exa., quando se refere ao agricultor não poder armazenar seu produto para obter melhor preço, que o Governo se gaba diariamente de que pela primeira vez em nosso país a política do preço mínimo teve, na verdade, a sua melhor posição. Transfiro a crítica do deputado Lopes Júnior ao Governo Federal, porque esse vive a se gabar, dizendo diariamente que pela primeira vez, após a Revolução, a política do preço mínimo se tornou uma realidade. Quero dizer a S. Exa. que, de fato, essa política vem funcionando até certo ponto, mas carece de uma melhor estrutura para seu melhor aproveitamento. Concluindo este aparte, quero dizer que o aspecto do crédito especializado, porque é especializado o crédito rural, é um aspecto delicado da economia nacional. Estou convencido de que pouco vale a distribuição de dinheiro a mancheias se se nega ao agricultor a orientação técnica indispensável ao aproveitamento do empréstimo que lhe é concedido.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). Sr. Deputado, nós seremos breves, queremos apenas cumprimentá-lo por esse pronunciamento que vem mostrar que realmente V. Exa. está correspondendo às esperanças daquela gente dos cafezais da região de Cianorte que lhe conferiu o mandato de Deputado Estadual.

O SR. HELIO MANFRINATO — Um momento, quero dizer a V. Exa. que estou defendendo a gente dos cafezais do Paraná.

O sr. Antônio Belinati — Muito bem, queremos, então, cumprimentá-lo por esse pronunciamento que vem assim ressaltar para a opinião pública do Paraná, que V. Exa. está preocupado com os destinos da cafeicultura, o que é também a grande preocupação da Assembléia Legislativa do Estado. Queremos também lembrar, nesta ocasião, que quando foi escolhido para Presidente do IBC, um certo cidadão, uma das suas primeiras declarações, foi de que não sabia distinguir a diferença entre um pé de café e um pé de erva-mate.

Esta entrevista foi por sinal publicada em vários jornais do País e também no jornal da nossa cidade "Folha de Londrina", e nós queremos neste exemplo que citamos, dizer que para o IBC, para os órgãos chaves como o IBC deveriam ir homens atinados, conhecedores da cafeicultura, que conhecessem o sofrimento da lavoura não apenas o patronal mas também o empregado. Se assim fizessem os dirigentes do IBC nós teríamos esta assistência que V. Exa. em boa-hora está apregoando para que possamos salvar a agricultura, oferecendo a ela aquele amparo que ela tanto necessita e que em tão boa hora V. Exa. está apregoando.

O sr. Antônio Lopes Jr. — V. Exa. permite m. aparte? (Assentimento).

Não quero tomar o tempo de V. Exa., mas pedi o aparte apenas dizer que o assunto trazido há pouco pelo sr. deputado Sebastião Rodrigues comporta grandes debates e estudos e eu então trarei na primeira oportunidade, nas sessões ordinárias desta Casa, para estudo, debate e meditação da Casa, o assunto estabelecido aqui, qual seja o financiamento aos pequenos lavradores.

O SR. HELIO MANFRINATO — V. Exa. está com o aparte, nobre deputado Nelson Buffara.

O sr. Nelson Buffara — Nobre Deputado V. Exa. vem conduzindo o problema com muita sabedoria e dedicação. V. Exa. em certo trecho do seu discurso responsabilizou o IBC por este descaso que a cafeicultura vem

sofrendo e realmente tem razão V. Exa.. O IBC entendendo eu, deputado Hélio Manfrinato, não tem mais aquela autonomia que outrora tinha, não tem por uma razão muito simples, o Ministério da Indústria e Comércio que subordina o IBC não dá condições para que aquele órgão faça o que pretende, por falta de capacidade dos dirigentes, ou por outras razões que eu desconheço, e acima do Ministério da Fazenda, de seu titular Delfim Neto, homem que respeito pela sua inteligência, mas que não transige no problema do café, é o grande responsável pelo descaso da cafeicultura, não quer dialogar quando entende que a razão está consigo, não transige um palmo sequer. A ele imputo toda responsabilidade pela desgraça que atravessa o comércio do café. Não sei se V. Exa. acompanha nos jornais de São Paulo os pronunciamentos feitos por um político que nunca foi do meu partido, nem nunca me foi simpático, mas a ele quero render as minhas homenagens neste instante, um dos homens que em São Paulo e que sempre esteve na situação, mas que discorda do Governo Federal, homem de grandes conhecimentos sobre o café, um "expert" em assuntos de café Herbert Levy. Nesta situação anômala em que se encontra o comércio do café, ele tem dito desassombradamente, ele tem apregoado os erros mas não querem atender razões que desconheço, e se a política que preconiza fôsse em prática, não tenho dúvidas o Brasil não estaria nas condições insolúveis como está no problema do café. Que Jesus Cristo possa iluminar esses homens, que como disse o nobre deputado Nivaldo Krüger, "o pior cego é aquele que não quer ver e o pior surdo é aquele que não quer ouvir". Lamento que esta orientação leve o Brasil a naufragar porque ele é um gigante, mas prestes a sucumbir se o café não tiver o soerguimento necessário, mas continuo dizendo, congratulo-me com V. Exa. e continuo dizendo que V. Exa. prossiga com este entusiasmo para que o povo de Cianorte e das demais regiões que o trouxeram a esta Casa possam orgulhar-se como agora se orgulham de V. Exa.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Eu é que agradeço a este brilhante aparte.

Gostaria, srs. Deputados, de fazer um resumo entre os apartes que me foram dirigidos.

Em primeiro lugar, aparteava o nobre líder do M.D.B., deputado Nivaldo Krüger, que dizia que o nosso lavrador só anda de alpargatas. Eu me lembro, quando o deputado Paulo Poni, na tribuna, dizia que o lavrador antigamente andava de carroça, depois, em consequência do desleixo dos responsáveis pelos valores da produção, passaram a vender as carroças e andar a cavalo. Os anos foram passando, e logo, eles foram obrigados a vender o cavalo. Os tempos foram passando, e o lavrador começou a andar de alpargatas-roca, e agora srs. Deputados, o nosso lavrador anda a pé, de pé no chão. E aquela propaganda errada de televisão que diz que o Brasil está em evolução, que o Brasil está crescendo, enquanto, sr. Presidente, os lavradores vêm regredindo, são estes os homens da lavoura do nosso Estado, pois as consequências são verídicas. E como bem disse alguém que respondeu ao deputado Nivaldo Krüger, "Quem é cego, não ouve a quem é surdo".

O sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. faz muito bem em vir à tribuna e defender o nosso agricultor. Entretanto, com a devida venia de V. Exa., quero discordar a generalização que faz V. Exa., dizendo que todos os agricultores estão descalços. Perdoo-me, nobre Deputado, mas não é verdade. Desde 1964, quando houve neste País uma Revolução, o Governo da Revolução está se preocupando seriamente em dar atendimento ao agricultor, atendimento este tão desejado por todos os homens que representam o Paraná. Agora, o que eu não posso conceber, nobre Deputado, é concordar com a generalização que V. Exa. faz da tribuna, dizendo que todos os agricultores estão descalços, não é verdade.

O plantador de milho, no Brasil, jamais teve o atendimento que tem hoje. V. Exa. sabe que hoje, na sua cidade, lá na Beira da Água, em Cianorte, o milho é comercializado em tuihas a 13 cruzeiros a saca.

V. Exa. sabe que em 1970, o Paraná exportou mais milho do que o resto da nossa geração. V. Exa. sabe que o preço garantido hoje na soja, jamais teve o preço de 35 cruzeiros a saca. Perdoe-me, nobre Deputado, mas este preço é compensador. O preço garantido hoje para o trigo, corresponde ao sacrifício de um homem que labuta. Assim é, com o algodão, eu não posso concordar com o seu pronunciamento, dando um condição de calamidade na agricultura. V. Exa. faz justiça entretanto com relação ao esquema do café. Tenho feito e está na Mesa da Assembléia, para ser apreciado nesta sessão, um requerimento de nossa autoria, pedindo às autoridades federais, principalmente ao Ministro da Fazenda, que considere, que faça uma verificação no esquema do café: 70/71. E o nosso requerimento pede mais: que a Assembléia designe uma Comissão de Deputados para, quando na visita que fará o Presidente da República e o Ministro da Fazenda, a cidade de Cornélio Procopio, para que esta Assembléia leve àquelas autoridades, as reivindicações do cafeicultor, ao que se referiu, do financiamento do café "geado", no que se refere ao financiamento para recuperação do café geado no Estado do Paraná.

Então, sr. Deputado, concordo em parte com o seu pronunciamento. Agora, não concordo, em absoluto, com ele, na íntegra, generalizando, de que está tudo acabado. Acho que merece um reparo. E V. Exa. é um homem sério correto, e talvez o entusiasmo levou V. Exa. a se pronunciar dessa maneira. Mas, tenho certeza, que na hora em que V. Exa. verificar as notas taquigráficas deste seu pronunciamento, V. Exa. fará tal reparo. Era o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sinto-me elogiado quando V. Exa. me aparteia. Pois falava V. Exa. que dizia eu, aqui desta tribuna, que a agricultura está descaído. Mas, a meu ver, a agricultura não anda mesino de sapato; nem de chinelo.

O sr. Pinto Dias — V. Exa. sabe, eu me referi ao agricultor; disse os homens da agricultura. E mais um equivoco que V. Exa. comete da tribuna.

O SR. HELIO MANFRINATO — Agradeço-lhe pela gentileza prestada. Mas assim como afirmava seu companheiro de Bancada, deputado Paulo Poni, que a hora que V. Exa. for verificar, 60% dos nossos agricultores, eles tem, na realidade, um sapato guardado para os dias de missa, e para poder ir a cidade fazer compras. Mas diria ao deputado Pinto Dias, V. Exa. que tanto merece meu respeito e minha admiração, vá verificar na lavoura brasileira, os homens trabalhando. Estão de pé no chão; não sei se é por tradição mas infelizmente isso acontece. E a meu ver, queria ainda frisar a V. Exa. que se é por tradição que eles andam descaído, aqui no meu coração e no meu sentimento e na minha alma, gostaria de ver todos eles, nem que fôsse de "Alpargatas Roua", mas queria ver todos caídos; para não olhar a tradição de vírus e de microbios e de parasitos que tanto têm assolado o nosso agricultor.

Concedo o aparte ao nobre deputado, Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues — Nobre deputado Hélio Manfrinato, gostaria juntamente com V. Exa. de responder ao nobre deputado Pinto Dias. Com todo o respeito, com toda a admiração que o nobre Deputado conquistou de minha parte nesta Casa, sinto-me na obrigação de discordar de S. Exa. quando aqui diz que o produtor de milho é privilegiado. Talvez seja, nobre Deputado, o mais infeliz daqueles que trabalham na agricultura nacional. Fui o executor, durante tantos anos, dessa política de preços mínimos e que V. Exa. tanto enaltece neste momento; e posso dizer a V. Exa. que ela não funciona. E posso dizer também que o milho, de 1964 para cá, se V. Exa. for observar, a evolução do aumento de preços, do produto, V. Exa. veri-

ficará que quatro anos ele se manteve no mesmo nível, no mesmo valor; e que o produtor de milho é o mais infeliz de quantos produzem nesta terra.

V. Exa. referiu-se ao preço do trigo. Mas, o preço do trigo, na verdade, é compensador, até certo ponto, e não tem vinculação com a política de preços mínimos. Possui um departamento especializado que põe em prática tritícola, pois que se trata de um produto que se destina a substituir importação. Por essa razão, não é vinculado, o seu preço à política de preços mínimos, o que não ocorre com o milho, porque quando esse produto alcança um preço um pouco melhor, podem estar certos, é quando ele está nas mãos dos intermediários. Existem mesmo, muitos lavradores que preferem dá-lo em pó, aos porcos, porque o gasto que vão ter, colhendo o produto não terá compensação quando for vender o milho no mercado. Saiba V. Exa. que o produtor de milho é o mais infeliz dos produtores brasileiros.

Eram os esclarecimentos que queria dar a V. Exa.. E pretendo tratar do assunto, em outra oportunidade, quando trarei números, tratarei com números deste problema de preços mínimos, do custo do produto agrícola, neste País. Trarei esse problema nessa tribuna que V. Exa., com tanto brilhantismo ocupa, nesta tarde.

Muito obrigado pela concessão deste aparte.

O SR. HELIO MANFRINATO — Obrigado a V. Exa.. Gostaria que os srs. Deputados permitissem concluir meu discurso e fazer referências aos apertes que me foram dirigidos.

Estou tratando, nesta tribuna, hoje, do café, falando, exclusivamente sobre o café. Mas, recebi uma série de apertes referentes a outros produtos, como o milho, a soja e cereais brancos. Mas, o nobre deputado Pinto Dias falou que nunca o milho teve um preço superior como agora, na sua comercialização, porque o milho está a treze cruzeiros a saca. Mas se desconta desse preço a sacaria, o aparelho que mede a umidade, cuja umidade desconta uma grande percentagem do produtor, transporte, ICM, e, no final, fica apenas com o trabalho.

A soja, essa, sem dúvida, traz lucros. E vemos isso no Sudoeste. Os agricultores que plantam soja têm lucro, porque não dependem da comercialização. Mas, os lavradores que dependem de mão de obra, de preços mínimos, não têm condições de fazer economia.

Mas, gostaria de voltar a um assunto de alta relevância: a cafeicultura.

Os srs. Deputados, tenham a certeza que a lavoura cafeeira do Paraná está em estado de calamidade pública, porque seus cafés já estão, com trinta por cento, chuvados, já estão manchados e não são incluídos no esquema do Governo Federal no tipo 6 exportáveis, pois como e de que forma esses lavradores poderão chegar com seu produto nos maquinistas que têm esquema do governo na mão, dando o tipo e classificação, se eles já nesse instante se encontram com 30 ou 40% de sua lavoura perdida, lavoura verdejante, porque é necessário que se esclareça aqui, porque nem todos entendem de café, que a lavoura que tem poucas folhas, geralmente dá mais oportunidade a passagem dos raios solares, secando mais o produto e a lavoura verdejante, segura a humidade e o café passa então a vegetar, passa a nascer, e é desclassificado o tipo da mercadoria.

Então faço um apelo e chamo a atenção de V. Exa. sr. Presidente e dos srs. Deputados, para um assunto de alta responsabilidade do Paraná, porque o café sempre foi a estrutura do País, a linha de divisas, pois como dizia o deputado Pinto Dias, "o café acabando o Brasil também acaba". Outro Deputado dizia que existem engenheiros agrônomos, uma série de técnicos, mas nosso solo não está ainda preparado para a entrada das máquinas, porque o lavrador que tem um sítio de 20 ou 30 alqueires precisa vender sua propriedade, que é equivalente ao valor do trator, para beneficiar a economia da mão de obra.

O café precisa ser tratado e serão responsabilizadas as autoridades competentes, porque os outros produtos, soja, milho e demais cereais, precisam

ser mecanizados, plantados em grande quantidade, para que no exterior possa fazer respeitar sua comercialização de divisas. O café é aquilo que aprendemos desde crianças, falar em café, plantar café, colher café, mesmo com as consequências climáticas, como sejam, a geada, a chuva, mas o homem brasileiro, o homem da cafeicultura brasileira, nunca se entregou, mesmo quando sua lavoura enlutou em 1953 e 1955. Ali foram cortados, porque a geada lavou até o solo; mas com coragem, com fé, eles retornaram, desbastando com sacrifício, com suas próprias mãos e suas unhas, fazendo crescer nova e verdejante lavoura cafeeira, que significava e significa a estabilidade da linha de divisas de nossa Pátria.

É assim que solicito que o requerimento que ora encaminho a esta Casa, para ser dirigido ao sr. Ministro da Fazenda, Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente do IBC, receba também a atenção do sr. deputado João Mansur, líder da maioria, porque se essa atitude requerida não for tomada, daqui a um mês então se pode dizer: aqui jaz a produção da cafeicultura brasileira.

Aproveito para trazer ao conhecimento da Casa que o café já não compensa mais ser colhido, devido ao preço da mão de obra, devido a capinação, que passaram por três, onerando o produto, e conseqüentemente, não dando condições para o proprietário cobrir aquelas despesas.

Solicito a V. Exa. o seu apoio, porque outros proprietários poderão tomar o mesmo caminho de alguns, e plantar capim. O Paraná precisa do boi e do café, mas é necessário, srs. Deputados, que não se deixe plantar tanto capim no meio da cafeicultura.

Muito obrigado pelos apportes.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Lamentavelmente, nobre Deputado, não me encontrava neste recinto, mas sabia, tinha conhecimento do pronunciamento que V. Exa. ia fazer na tarde de hoje. Pretendo cumprimentar V. Exa. e de ante-mão apoiar o requerimento que V. Exa. envia à Mesa na tarde de hoje, porque quando orarem ocupávamos esta tribuna fazendo considerações, defendendo esta mesma tese, sabíamos que hoje V. Exa. iria encaminhar requerimento neste sentido. Quero aplaudir V. Exa. e me colocar ao lado da tese que V. Exa. defende com tanta propriedade e com tanto brilhantismo.

O SR. HELIO MANFRINATO — É a primeira vez, Deputado, V. Exa. sabe perfeitamente que assumo este Legislativo como um Deputado inexperiente, mas...

O sr. Paulo Poli — Não apoiado.

O SR. HELIO MANFRINATO — Mas acompanhando o pronunciamento de V. Exa. vim aqui a esta tribuna hoje apenas para endossar, porque sei que V. Exa. está integralizado nesta dificuldade em que a lavoura paranaense está sofrendo. Muito Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se.

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 srs. Deputados.

Substitutivo de autoria do sr. deputado Erondy Silvério ao Projeto de Lei n. 133-71, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**

Emenda de autoria do sr. deputado João Mansur, ao Projeto de Lei n. 133-71, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiada.** Serão anexados ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 96-71, Mensagem n. 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante Convênios Entre o Es-

tado e seus Municípios. — Em votação. Concedo a palavra ao sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO. — Sr. Presidente, preliminarmente, antes de registrar uma declaração de voto que faremos a este Projeto, gostaríamos de dizer que a algum tempo atrás, com referência à legislação estadual especialmente, ao tempo do Imposto de Vendas e Consignações, ela se tornou campeã na concessão de Mandato de Segurança, tal a ilegalidade dos dispositivos constitucionais que regiam a matéria de transferência de mercadorias. Deparamos agora, neste projeto já em Redação Final, com uma ilegalidade que uma emenda de nossa Bancada procurou corrigir; é a ilegalidade do Artigo 8.º do Projeto de Lei 96-71, a que faz esta Declaração de Voto:

1.º — O programa de integração fazendária "Profaz" administrado pela Secretaria da Fazenda, tem por objetivo promover a integração dos sistemas fisco-arrecadadoras do Estado do Paraná, e de seus municípios. Tal programa, segundo se depreende do Projeto de Lei 96-71, já aprovado em 3.º discussão, ora em Redação Final, contará com a participação dos municípios que venham celebrar "convênio específico mútuo para a execução de projetos de melhoria da arrecadação, através de medidas de controle e esclarecimento de "contribuintes, aperfeiçoamento de pessoal em técnicos fazendários e troca de informações fiscais".

Os municípios perceberão 20% sobre o saldo positivo entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no mês base dentro do seu território, que lhes deverá ser creditado, sempre que se verifique, em conta especial na agência local do Banco do Estado do Paraná S.A..

2.º — O projeto aprovado, entretanto, traz em seu bôjo, uma ilegalidade gritante, enxertada no cargo da lei através de seu artigo 8.º, assim redigido:

Art. 8.º — Fica o poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizada, nos termos do Inciso 11, Parágrafo 1.º, do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964".

Ora, a lei federal n. 4.320, a que o dispositivo acima faz remissão, é clara e fulmina-o pela base, ao preceituar:

"Art. 3.º — A abertura de créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa, e será procedida de exposição justificativa.

Acresce ponderar que o Parágrafo 3.º do mesmo artigo 43, define o excesso de arrecadação como sendo "o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação "prevista e a realizada".

3.º — Por consequência, os créditos suplementares devem ser solicitados sempre que ocorre, 1) a existência de recursos para tanto e 2) mediante exposição justificativa para cada caso.

Sem tais pressupostos não há de se cogitar da autorização legislativa, sem que se incorra num deslize imperdoável.

É o que se pode entender "prima-facise" da lei 4.320 de 17 de março de 64, que "ESTATUI NOMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL".

Por outro lado, o Projeto de Lei n. 96-71, à exceção do seu artigo 8.º, já aludido, diz respeito à arrecadação e integração dos municípios da máquina arrecadadora do Estado. São como se vê, duas coisas elementarmente diferentes, uma, que diz respeito ao direito financeiro do Estado; outra à organização do sistema arrecadador.

Parece-nos inconcebível que, através de um apêndice, tal qual o citado artigo 8.º, pretenda o Governo do Estado alheiar esta Casa da elaboração legislativa dos créditos suplementares, violando a lei federal em exame e ignoran-

do as atribuições da Assembleia Legislativa, consubstanciadas na Constituição Estadual (art. 21 e seguintes).

3 Estas foram as únicas razões que levaram a Bancada do MDB a apresentar uma Emenda Supressiva do mencionado artigo 8.º, do Projeto de Lei n. 96-71, que teve, como outras, a silenciosa e injustificada recusa do agosto Plenário. E que, também, constituem os termos desta declaração de voto.

Sala das Sessões, 13 de julho de 1971.

Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de lei n. 96-71. — **Aprovado.**

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem). Sr. Presidente, o deputado Muggiati Filho acabou de fazer uma objeção de profunda gravidade no nosso entender. Acaba-se de votar um Projeto de Lei com um artigo totalmente ilegal. Faço um apelo à Presidência, para que encontre uma forma, na Redação Final, de suprimir este artigo, se for o caso, para que a lei não leve no seu bojo um artigo, segundo o nosso entender, totalmente ilegal. A Bancada do MDB apresentou uma Emenda que foi rejeitada pela Casa, mas me parece que seria de bom alvitre considerar as ponderações feitas pela Bancada através do pronunciamento do sr. deputado Muggiati Filho, antes da Redação Final.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Peço escusas ao sr. deputado Nivaldo Krüger, mas não ouvi bem o que V. Exa. pede; V. Exa. pede para a Mesa considerar uma Emenda da Bancada do MDB ao Projeto 96-71?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não, pedi a palavra apenas para uma questão de ordem; para marcar bem clara a posição de nossa Bancada que alertou para a ilegalidade do artigo 8.º, e pedi a exclusão desse artigo, do projeto. Pois do contrário poderia até trazer uma discussão que seria inconveniente para os próprios interessados. Então, fiz um apelo à Presidência, no sentido de que, se for possível, ressalve, na Redação Final, uma forma legal de enquadrar esta matéria.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço à V. Exa., Sr. Presidente, não vejo como a Mesa possa deferir a questão de ordem levantada pelo deputado Nivaldo Krüger, porque já foi votada a Redação Final.

O SR. PRESIDENTE — E o esclarecimento que a Mesa deveria dar ao deputado Nivaldo Krüger. Trata-se de matéria vencida.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 125-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 16-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que dispõe sobre o regime de trabalho de remuneração dos funcionários arrecadadores do D.R.I., da Secretaria da Fazenda. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência — Com Emenda da C.C.J. — Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 133-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 17-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que visa instituir a Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), com personalidade jurídica de Direito Público, sede e foro na Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Em Regime de Urgência. — Em discussão o projeto e emendas.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para discutir, ao nobre deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados,

Já sabemos do destino que terá o Substitutivo apresentado por nós, na sessão de hoje. Mesmo porque o nobre deputado, líder do Governo e da ARENA, João Mansur, apresentou uma Emenda criando um Conselho Deliberativo constituído por cinco membros, que o Presidente será o sr. Secretário do Interior, mais o Diretor da Fundação, dois representantes do Governo do Estado, um representante da Associação Paranaense dos Municípios e dá também a competência do Conselho Deliberativo.

A emenda, em parte, supriria alguns tópicos de nosso Substitutivo, mas não é o suficiente.

Lamento que o Governo do Estado não tenha aceitado o nosso Substitutivo, porque ele nada mais era do que, praticamente, uma cópia da Mensagem Governamental enviada a esta Casa. Apenas corrigia vícios que, num futuro bem próximo, esta Casa vai ver que o Deputado que apresentou este Substitutivo estava com a razão. Porque o principal item de nosso Substitutivo, que é aquele em que nós limitamos a dotação orçamentária à Fundação de Assistência aos Municípios, este foi mantido na Mensagem Governamental. E aí é que está o maior perigo para esta Casa. Esta Casa vai criar um Fundação com recursos financeiros limitados, uma Fundação que será uma super-Secretaria dentro do Governo. Não discutimos a finalidade da Fundação, nem a honestidade do sr. Governador do Estado, a criá-la. Bem ao contrário, muito elogiamos, porque achamos que o DATM, que esta Fundação pretende substituir, é anacrônico, não mais preenche as finalidades para que as quais foi criado; porque, de governo para governo, foi relegado ao esquecimento, seu quadro funcional não foi atualizado; sua técnica administrativa permaneceu estática quando novas técnicas de administração se conquistaram no sentido de administração pública, o DATM permaneceu como era desde a data de sua fundação.

Então, o Governo do Estado, naturalmente, pretendeu transformando-o numa Fundação, dar maior assistência aos municípios, desenvolver um planejamento total, integrado, promover a unificação de lançamentos de tributos, e outros assuntos pertinentes à nossa municipalidade, principalmente, os pequenos municípios, aqueles que, com pouca renda, não têm condições para manter, em seus quadros funcionais, funcionários de alta capacidade administrativa, para dar um planejamento adequado aos municípios.

Elogiamos a ação do Governo. Agora, o que somos contrários, eu principalmente sou contrário, é que se dê um poder ilimitado a essa Fundação, sem uma fiscalização, passando mesmo por cima deste Poder Legislativo, quando sabemos que as dotações previstas no artigo 3.º, inciso 1.º, auxílios e subvenções constantes do Orçamento do Estado, sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços, encargos, obras e equipamentos. Ora, não há uma limitação na Mensagem do sr. Governador do Estado, não há uma limitação para essa consignação orçamentária. Então, não é de se estranhar que na próxima Proposta Orçamentária do Governo, venha uma subvenção que atinja 1/3 do Orçamento do Estado em favor da Fundação. Então vamos ter essa Fundação, como uma super-Secretaria, mas sem estar sujeita a fiscalizações, a planos de lei plurianuais de uma Secretaria de Estado, nem os planos de obras anuais, nem aqueles previstos nos Orçamentos plurianuais de obras. Portanto, será uma super-Secretaria dentro do Governo e nossa Emenda, nosso Substitutivo atinge os objetivos do Governo, apenas corrige essas distorções que o artigo 8.º, pretende, onde dá plena liberdade ao Governador do Estado, de elaborar seu estatuto e modificá-lo através de um decreto, sem que este Poder Legislativo seja pelo menos ouvido.

E o que pretende o presente Substitutivo, nada mais busca do que aprimorar o projeto inicial, extinguindo incoerências e excessos que poderiam prejudicar a própria aprovação da matéria. O desejo do autor é que S. Exa. nele encontre o veículo adequado. (Lendo):

(O Substitutivo lido encontra-se no Expediente desta Sessão).

Seria desnecessário a leitura deste Substitutivo porque sabemos antecipadamente do seu destino. Será rejeitado. Mas fica nos Anais da Casa, para que os pósteros, ou numa nova legislatura quando apreciarem os atos desta fundação, quando ficar constatado e concretizado que se criou uma super Secretaria, um super órgão, talvez com poderes superiores ao do sr. Governador do Estado, quando se apontarem os vícios de origem da criação desta Fundação, os Anais da Casa registrarão que, pelo menos alguns Deputados alertaram a Casa. Alguns Deputados mostraram os vícios de origem, sem contudo diminuir os propósitos sadios do sr. Governador do Estado na criação da Fundação. As prerrogativas, a destinação da Fundação, estas estão ressalvadas no meu Substitutivo. Apenas corrigimos vícios sanáveis por esta Casa. Perra é que o nobre Líder do Governo, que é sr. Governador do Estado não tenha aceitado o Substitutivo subscrito por este Deputado. Não digo, então, que a Fundação seria perfeita na sua organização administrativa, mas teria menos vícios do que o contido na Mensagem Governamental e amanhã, esta Casa não poderia ser acusada pela opinião pública de ter se descuidado, de ter se descuidado naquilo que é o papel primordial do Deputado, a fiscalização da aplicação dos dinheiros públicos, o dever primordial e principal da Casa não é apenas legislar mas fiscalizar a aplicação do dinheiro que é arrecadado do povo por impostos e não foi outro o objetivo deste Deputado ao subscrever o presente Substitutivo de lei. Sabemos a priori dores que ocuparem esta cadeira, que a Casa foi alertada para que a criação da Fundação não se fizesse nos moldes da contida na Mensagem do sr. Governador do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para discutir, o sr. deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desejo falar hoje na discussão, na oportunidade em que se discute este projeto, sobre um acontecimento que reputa de grande importância para as relações entre a Bancada da Minoria e a Bancada da Maioria, nesta Casa.

Apresentamos uma Emenda que tinha em vista alterar o Projeto 133-71 Mensagem oriunda do sr. Governador do Estado.

Ponderamos as razões que entendíamos justas, e no decorrer dos debates, apelamos à Liderança do Governo nesta Casa, no sentido de que a Mensagem Governamental fosse alterada tendo em vista a sua funcionabilidade.

Não desejo, sr. Presidente, srs. Deputados, deixar de ressaltar o acontecimento, porque o líder do Governo, embora não aceitando "in totum" a nossa Emenda ou o nosso Substitutivo, contrariando a previsão que fazíamos de que a Mensagem seria aprovada tal qual foi enviada. Demonstra S. Exa. bom senso e critério como também a assessoria do Governo, admitindo que a Fundação só seria Fundação, uma vez gerida por Conselho. Aceita nossa proposição, nós verificamos que demos um grande passo nesta Casa, estabelecido o diálogo bem intencionado, em que as questões são colocadas em termos objetivos e honestos, objetivos que dá possibilidade de evoluindo para encontrarmos um termo comum, e não unicamente apoiar-se em tudo que vem como vem, ou rejeitar-se sistematicamente o que seria uma atitude indesejável e injustificável de uma Bancada de Oposição.

E assim, ao aceitar a Liderança do Governo, as ponderações, no sentido de que a Fundação não seja regida como propõe a Mensagem Governamental, por dois diretores nomeados pelo Governador, e sim por um Conselho, nós, nos sentimos obrigados a aprovar esta nova Emenda.

Por outro lado, se ela não dá tudo o que pleiteamos, aceitamos o pouco que é concedido, concedido não a nós, mas em favor de uma entidade que há de funcionar e deve funcionar bem, procurar aquilo que os Municípios demonstram, a necessidade de uma nova dinâmica na área municipal. E ainda, alterou a nova Emenda, atendendo às nossas ponderações, às normas admi-

nistrativas internas, da Fundação. A proposta previa que os diretores baixassem o Regimento Interno da Fundação e demais normas necessárias ao seu funcionamento, observadas as disposições legais instituídas. Através da Emenda, teríamos estas medidas tomadas pelo Conselho.

E o que — é muito importante, participando da administração da entidade, teríamos um representante da Associação dos Municípios do Paraná. Nada mais conveniente, para a dinâmica de um órgão desta natureza. É necessário, que num órgão desta ordem não só dêle participe o Governo, mas participem também os interessados; e os maiores interessados são os municípios paranaenses. Municípios, srs. Deputados que se encontram em verdadeira aflição, não só pela política do ICM adotada no Paraná, que há um prejuízo enorme aos municípios produtores, cujos prejuízos são acentuados aqui pela Prefeitura de Verê, demonstrando quanto aquêle município vem perdendo, por mês, mais de 100 mil cruzeiros novos, devido falta de coordenação entre as atividades do município e as atividades do Estado, no setor das Rendas.

O Estado é o lobo da história; não poupa os pequenos que no caso são os municípios. O Estado leva tudo. Não é só o município de Verê; isto é verificado em todos os municípios produtores do Paraná. O município de Irati, por exemplo, na diferença de arrecadação, perde, por mês, 90 mil cruzeiros. Os municípios não podem perder isso. E por essa razão, pela ausência de um organismo desta ordem, que mostre aos governantes onde está o erro. Os Municípios paranaenses, participando apenas de 9% da receita pública, verificada no Estado. Apenas 9%, quando dos municípios se retira para a União e para o Estado, 90% das rendas públicas. É esta forma de injustiça que precisa ser corrigida, para que o nosso interior, se revitalize, através das suas municipalidades, da pujança dos governos locais atendendo às necessidades mais prementes reclamadas aqui por um Prefeito que diz não poder oferecer aos produtores as estradas necessárias, as pontes e as escolas, porque exatamente o Estado e a União depauperam a economia local; levando do município os seus recursos e a êle não devolvendo, como seria de justiça.

Creio que, através de um órgão desta natureza a Fundação com a participação concedida pela liderança do Governo, de um representante da entidade municipalista, nós teremos corrigida este erro fundamental que leva o marasmo e o desânimo e o desencanto às atividades administrativas da esfera do Governo municipal.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Nivaldo Krüger, quero congratular-me com V. Exa., que é um dos maiores entusiastas do municipalismo, aqui nesta Casa. Já foi Presidente da Associação Paranaense dos Municípios e conheço a sua luta e o seu entusiasmo em favor do municipalismo paranaense, especialmente.

Quero congratular-me nesta oportunidade, com V. Exa. bem como com o nobre deputado Erondy Silvério. Levei à consideração da Assessoria do sr. Governador, os dois Substitutivos e, verificamos inclusive que ambos lutavam, tanto o Substitutivo subscrito por V. Exa. como o do deputado Erondy Silvério, por esta Emenda que nós acabamos de apresentar, instituindo o Conselho. De modo que Vs. Exas., se não obtiveram 100 por cento daquilo que pretendiam, através do Substitutivo, não deixaram de lograr êxito nas suas pretensões. Não posso deixar de, nesta oportunidade, congratular-me com Vs. Exas. Tenho certeza, fique certo, nobre deputado Nivaldo Krüger, que as intenções do sr. Governador do Estado são as melhores possíveis. Oxalá, o esforço e o entendimento comuns, de todos nós, possamos levar um pouco mais de assistência, de ânimo e entusiasmo, aos homens que dirigem as comunas do interior do Paraná, a fim de que essas células, que são as responsáveis pelo engrandecimento de nosso Estado, porque não podemos fazer o engrandecimento do Estado apenas com a Capital, se tornem independentes economicamente.

De modo que, quero deixar registrada as minhas congratulações a V. Exa. e ao nobre deputado Erondy Silvério.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e congratulo-me com o entendimento que V. Exa. tem do problema.

Este é um marco de grande importância para a solução desse gravíssimo problema. Porque, sejamos razoáveis, sr. Deputado, é o Governo municipal, é a esfera municipal, justamente aquela que detém as condições de propulsão do desenvolvimento local. É ali, nos municípios, que os problemas são vividos pela administração local.

Portanto, o reconhecimento de V. Exa., ilustre Líder do Governo, de que é injusta a posição dos municípios no quadro das rendas públicas do Brasil, muito nos alegra. Porque, vemos municípios com responsabilidades enormes recebendo apenas nove por cento da receita nacional. Isto é um absurdo, porque, ainda, o Estado transfere às administrações locais grande parte da responsabilidade funcional no atendimento de seu mecanismo de administração.

Vemos hoje, srs. Deputados, as Prefeituras serem procuradas para solução de problemas sociais, porque, no Orçamento da União se destina apenas dois por cento para a Saúde. Porque, no Orçamento do Estado, destina-se uma insignificância para o atendimento da saúde, e povo vai procurar o município, vai procurar o prefeito, entendendo-se que esta esfera do Governo poderá ampará-los nos momentos angustiosos das dores e dos sofrimentos. Este quadro precisa ser alterado. E na oportunidade em que se discute um projeto dessa importância, quero ressaltar o problema da Educação que deve ser analisado por esta Fundação, com a presença de um representante do município.

Não podemos aceitar que o Orçamento da União destine apenas dez por cento para Educação, sem canalizar recursos para os municípios atenderem seus problemas locais, neste setor.

O problema educacional é grave, porque quando se destina, neste País, para as Forças Armadas, vinte por cento do Orçamento Nacional, destina-se, apenas dois por cento para Saúde, dez por cento para Educação. É inaceitável que isto continue acontecendo por muito tempo.

Portanto, srs. Deputados, quero, mais uma vez afirmar aqui, ao finalizar estas considerações, a minha satisfação por haver a Liderança do Governo, e a Bancada do Governo, nesta Casa, se sensibilizado com os apêlos feitos por nós, aqui desta Tribuna.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queremos cumprimentar o nosso ilustre Líder, quando na análise desse Projeto aborda também o grave problema educacional brasileiro.

O Governo Federal, em boa hora criou o MOBRAL, visando alfabetizar aqueles que não tiveram escolas. E vemos, ilustre Deputado, professoras ganhando, em alguns municípios do Paraná, que é um Estado pujante, com uma arrecadação tão extraordinária, onde não há indústria, há agricultura, onde não há café, há cereais, e vemos, apesar da excelente arrecadação dos municípios, professoras ganhando cinquenta cruzeiros por mês. E num município, vou até citar o nome, São João do Ivaí, uma professora trabalhou durante um ano e não recebeu nenhum pagamento. E no dia que resolveu conversar com o prefeito, para solicitar um apressamento no seu pagamento, pagamento daquilo a que tinha direito, porque trabalhara um ano na base de 50 contos mensais e ainda nada recebera, numa situação de penúria, aquela professora ainda foi demitida e está hoje procurando um local onde possa bater para reclamar seus direitos.

Queremos cumprimentar V. Exa. que encaixou nesse debate o problema educacional, que realmente é sério e não é no Nordeste do Brasil, é aqui mesmo, no Paraná, onde as professoras são mal pagas e acabam não recebendo nada.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. o aparte e se fix

essa referência ao problema educação e de saúde, foi no sentido de ressaltar a importância do municipalismo nesta Fundação, porque certamente o representante será um homem provindo dessa área, com sensibilidade para o problema e capaz de dar uma nova diretriz ao processo político municipalista no Paraná, através da Fundação que ora criamos nesta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo. — **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero à Mesa que se consigne em Ata dos trabalhos, o meu voto favorável ao meu próprio Substitutivo e que também se registre nos Anais da Casa o Substitutivo, que foi apresentado e que não foi publicado no "Diário da Assembléia". Requiero que conste a publicação do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a solicitação do nobre Deputado e vai mandar proceder o registro nos Anais.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitei a palavra apenas para pedir a V. Exa. que fizesse contar, também na Ata, o meu voto favorável ao Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e tomará as medidas.

Em votação a Emenda do deputado João Mansur. — **Aprovada.** Em votação o projeto. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo acidente ocorrido no domingo próximo passado, em que foram vítimas a esposa e filha do sr. Davino Nascimento Freitas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Campino, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Benedito Moreira Telles. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.os 125-71 e 133-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, no sentido de serem tomadas providências para que se realizem, com urgência, reformas em prédios pertencentes ao Estado, na localidade de Bituruna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Pinto Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo aos srs. Presidente da República e Ministro da Fazenda, no sentido de ser prorrogado o prazo da liquidação do empréstimo concedido pelo Banco do Brasil S.A. aos cafeicultores, referente à safra de 1970. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.o 89-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja consignado nos Anais, editorial da revista "Tabajara", edição deste mês, sob o título "Nossa Homenagem". — **Aprovado.** (O artigo a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de utoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja oficiado à Bancada Federal do Paraná, na Câmara e Senado o nosso agradecimento pelo pronto atendimento, que deram ao nosso apêlo para que intercedessem junto ao sr. Ministro dos Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício com votos de congratulações e aplausos à Prefeitura Municipal de Cascavel e às "Pioneiras Sociais". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos srs. Ministros da Fazenda e Indústria e Comércio e ao Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de determinar com a máxima brevidade a antecipação dos preços do café. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando seja oficiado à Copel, na pessoa de seu Diretor-Presidente, solicitando a sua Excelência que se digne informar a esta Casa porque motivo o município de Rio Negro não foi atendido, até agora pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

Sr. Presidente, nobres srs. Deputados. Solicitei a palavra rapidamente, apenas para como satisfação ao sr. deputado Líder do Governo e da Arena, porque votamos contrariamente à Mensagem do Governo. Apenas por uma questão de coerência, pois se votei pelo meu Substitutivo não poderia ter votado pela Mensagem, embora reconheça um grande passo dado no sentido da concórdia, do entendimento do Líder do Governo em permitindo a criação de um Conselho na referida Fundação. Embora esteja enganado, o sr. Líder do Governo quando diz que aquele Conselho tem incumbência de elaborar o estatuto da Fundação. Os estatutos serão elaborados pelo Governador do Estado, de acordo com o Artigo 8.º que permanece inalterável na Mensagem Governamental. O Artigo 9.º está tal qual como foi redigido.

Portanto, será reformado por decreto do sr. Governador. Foi a razão pela qual eu ter dado o meu voto contrário, porque discordo da elaboração de um estatuto, de uma entidade pública. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia, 14, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 135-71.

4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133-71.

Levanta-se a sessão.

Matéria Cuja Transcrição nos Anais foi Aprovada a Requerimento do sr. Deputado Antônio Belinati, na Sessão de 13 de Julho de 1971.

"NOSSA HOMENAGEM

E quando a mulher disputa a sua independência escravizada ao conformismo pela suposta situação de subalternidade frente ao homem, que deparamos, eufóricos com exemplos de MULHER sublimada pelas virtudes excelsas que ornaram o seu perfil. Enquanto não poucas representantes do sexo feminino perdem-se no vazio das futilidades, enganosamente seduzidas por conclusões errôneas sobre o papel que lhe incumbe exercer na sociedade, mulheres outras enfrentam, com tenacidade e até heroísmo os problemas humanos que as desafiam no cotidiano, provando fortaleza de espírito e capacidade admirável de sacrifícios e renúncias.

Mas se a mulher reivindica direitos, forçosos conceber, que, paralelamente à sua conquista, ela está assumindo deveres muitos. Dentre eles, a participação nas lutas que objetivam levar ao próximo a mensagem de solidariedade humana. Nada mais belo do que estender a seus semelhantes a

mão amiga e salvadora. Obviamente dêse mister, porém, a destinação de momentos a serem ocupados com atos e atitudes nobres.

Ao invés de preocupações levianas e fúteis, muitas mulheres poderiam, se assim o desejassem, tornarem-se veículos preciosos de contribuição para amenizar dores e oferecer motivação da vida nova a muitas criaturas sofredoras. A solidariedade humana não deve ser entendida como um passo fugaz ao encontro de necessidades agressivamente aparentes; muito ao contrário, ela deve fazer-se sentir em todos os instantes, mesmo na procura da morada da infelicidade e da desesperança.

E quando assim espelhamos nossa opinião a respeito, nada mais natural de que busquemos um exemplo magnífico e entusiasmador de MULHER de nossos dias, associada às mais dignificantes jornadas de amparo aos mais necessitados. Desejamos referir-nos à sra. MARLENE MILANEZ virtuosa esposa do jornalista João Milanez, de Londrina. Sabe ela, com impressionante poder irradiação de seus dotes de bondade, despertar disposições para imitação de seus gestos caritativos. Por isso mesmo, sumamente agradável ouvi-la externar suas aflições em tórno do empenho superior para solução de graves problemas sociais de nossa atual e difícil transição. Prova ela, assim, que há evidentemente MULHERES preparadas para o sadio aproveitamento de suas liberdades. Por mais livres que sejamos, jamais deixaremos de sentir as amarras que nos ligam ao Bem e à Bondade".